

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://epec.ice-pe.gov.br/epm/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=99b6e914d0345b78eb8a78792013a

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE ¹		4.990.133,48	28.530.716,10	PASSIVO CIRCULANTE ¹¹		5.180.680,59	8.405.799,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ²		1.932.145,89	25.208.927,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO ¹²		1.431.373,33	1.578.577,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.932.145,89	25.208.927,80	PESSOAL A PAGAR		1.169.988,19	1.171.746,39
CAIXA	F	2.010,26	0,00	PESSOAL A PAGAR	F	1.164.605,87	1.166.364,07
CONTA ÚNICA	F	1.930.135,63	25.208.927,80	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	F	5.382,32	5.382,32
CRÉDITOS A CURTO PRAZO ³		3.052.045,23	3.239.363,48	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		261.385,14	406.830,74
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		168,21	168,21	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	12.238,59	12.238,59
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	P	168,21	168,21	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	8.928,97	8.928,97
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		5.548.867,31	3.599.105,86	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	232.671,36	378.116,96
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	5.548.867,31	3.599.105,86	FGTS	F	1.676,80	1.676,80
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-2.496.990,29	-359.910,59	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	5.869,42	5.869,42
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	-2.496.990,29	-359.910,59	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO ⁴		-14.968,79	82.424,82	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO ¹³		3.591.043,34	4.288.522,10
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		-14.968,79	4.215,21	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		3.591.043,34	4.288.522,10
IRRF A COMPENSAR	F	-14.968,79	4.215,21	FORNECEDORES NACIONAIS	F	3.586.432,74	4.256.911,50
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	78.209,61	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	4.610,60	31.610,60
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	0,00	78.209,61	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO ¹⁴		40.353,48	35.929,13
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO ⁵		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		40.353,48	35.929,13
ESTOQUES ⁶		20.911,15	0,00	PIS/PASEP A RECOLHER	F	40.353,48	35.929,13
ALMOXARIFADO		20.911,15	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
MATERIAIS GRÁFICOS	P	1.647,50	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	19.263,65	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO ¹⁵		117.910,44	2.502.770,90
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		605,66	2.077.874,34
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	605,66	2.077.874,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		117.304,78	424.896,56
				OUTRAS OBRIGAÇÕES - INTRA	F	117.304,78	424.896,56
ATIVO NÃO CIRCULANTE ⁷		33.626.692,51	35.337.538,97	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE ¹⁶		19.573.753,43	19.724.798,33
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ⁸		12.207.508,09	16.628.519,20	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		19.143.315,95	19.319.819,63
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		12.207.508,09	16.628.519,20	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		19.143.315,95	19.319.819,63
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	22.195.469,26	20.785.649,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	19.143.315,95	19.319.819,63
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-9.987.961,17	-4.157.129,80	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO ¹⁸		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
IMOBILIZADO ⁹		21.419.184,42	18.709.019,77	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO ¹⁹		430.437,48	404.978,70

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 2



ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS MÓVEIS		11.659.320,73	11.451.496,81	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO		430.437,48	404.978,70
BENS DE INFORMÁTICA	P	32.349,58	32.349,58	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	P	0,00	404.978,70
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	8.573.175,80	8.573.175,80	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	P	430.437,48	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	1.239,98	1.239,98	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	-68.510,00	48.750,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	56.870,10	63.580,10	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	3.064.195,27	2.732.401,35	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		11.574.817,05	8.783.869,14	TOTAL PASSIVO		24.754.434,02	28.130.597,59
INSTALAÇÕES	P	7.610,44	7.610,44	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	11.567.206,61	8.776.258,70	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-1.814.953,36	-1.526.346,18	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.862.391,97	35.737.657,48
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	0,00	-216.581,24	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-1.319.277,33	-1.309.764,94	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-495.676,03	0,00	RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00	RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
TOTAL		38.616.825,99	63.868.255,07	DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		13.862.391,97	35.737.657,48
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		13.862.391,97	35.737.657,48
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-21.875.265,51	-5.415.005,31
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		35.737.657,48	41.152.662,79
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.862.391,97	35.737.657,48
				TOTAL		38.616.825,99	63.868.255,07

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Assesora em Contabilidade - CPF: 025.140.345-03
 Assessoria em Contabilidade - CNPJ: 14.003.450/0001-57
 Endereço do documento: 9aB6c91-4d03-45b7-8a9b-8a787d92013a

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	22	1.917.177,10	25.291.352,62	PASSIVO FINANCEIRO (5.180.680,59)+RP não Proc.(5.560.819,52)	24	10.741.500,11	14.768.169,21
ATIVO PERMANENTE	23	36.699.648,89	38.576.902,45	PASSIVO PERMANENTE	25	19.573.753,43	19.724.798,33
				SALDO PATRIMONIAL	26	8.301.572,45	29.375.287,53

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9cbece91-4d03-45b7-8efb-8a787d92013a

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO²⁷		1.768.388,59	2.268.388,59	ATOS POTENCIAIS PASSIVO²⁸		10.462.874,05	10.478.582,05
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		1.768.388,59	2.268.388,59	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		8.515,00	24.223,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		10.454.359,05	10.454.359,05
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		1.768.388,59	2.268.388,59	TOTAL		10.462.874,05	10.478.582,05

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etec.tce-pe.gov.br/gpp/validarDoc.seam> Código do documento: 9cbece91-4d03-45b7-8efb-8a787d92013a



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

Pág.:

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.917.177,10	25.291.352,62	PASSIVO CIRCULANTE		5.180.680,59	8.405.799,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.932.145,89	25.208.927,80	OBRIÇÃOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		1.431.373,33	1.578.577,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.932.145,89	25.208.927,80	PESSOAL A PAGAR		1.169.988,19	1.171.746,39
CAIXA		2.010,26	0,00	PESSOAL A PAGAR		1.164.605,87	1.166.364,07
CONTA ÚNICA		1.930.135,63	25.208.927,80	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS		5.382,32	5.382,32
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		-14.968,79	82.424,82	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		261.385,14	406.830,74
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		-14.968,79	4.215,21	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		12.238,59	12.238,59
IRRF A COMPENSAR		-14.968,79	4.215,21	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		8.928,97	8.928,97
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	78.209,61	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		232.671,36	378.116,96
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	78.209,61	FGTS		1.676,80	1.676,80
TOTAL		1.917.177,10	25.291.352,62	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		5.869,42	5.869,42
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		3.591.043,34	4.288.522,10
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		3.591.043,34	4.288.522,10
				FORNECEDORES NACIONAIS		3.586.432,74	4.256.911,50
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		4.610,60	31.610,60
				OBRIÇÃOES FISCAIS A CURTO PRAZO		40.353,48	35.929,13
				OBRIÇÃOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		40.353,48	35.929,13
				PIS/PASEP A RECOLHER		40.353,48	35.929,13
				DEMAIS OBRIÇÃOES A CURTO PRAZO		117.910,44	2.502.770,90
				VALORES RESTITUÍVEIS		605,66	2.077.874,34
				CONSIGNAÇÕES		605,66	2.077.874,34
				OUTRAS OBRIÇÃOES A CURTO PRAZO		117.304,78	424.896,56
				OUTRAS OBRIÇÃOES - INTRA		117.304,78	424.896,56
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		5.560.819,52	6.362.369,95
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		5.560.819,52	6.362.369,95
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		3.735.599,53	4.987.711,79
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		3.735.599,53	4.987.711,79
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.825.219,99	1.374.658,16
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.825.219,99	1.374.658,16
				TOTAL		10.741.500,11	14.768.169,21

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portaltransparencia.gov.br/ppp/validaDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=9c86e914d0345b78e8b8a787d92013a>



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

Pág.:

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		3.072.956,38	3.239.363,48	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		19.573.753,43	19.724.798,33
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		3.052.045,23	3.239.363,48	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		19.143.315,95	19.319.819,63
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		168,21	168,21	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		19.143.315,95	19.319.819,63
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PR		168,21	168,21	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		19.143.315,95	19.319.819,63
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		5.548.867,31	3.599.105,86	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		430.437,48	404.978,70
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		5.548.867,31	3.599.105,86	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO		430.437,48	404.978,70
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-2.496.990,29	-359.910,59	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS		0,00	404.978,70
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		-2.496.990,29	-359.910,59	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS		430.437,48	0,00
ESTOQUES		20.911,15	0,00	TOTAL		19.573.753,43	19.724.798,33
ALMOXARIFADO		20.911,15	0,00				
MATERIAIS GRÁFICOS		1.647,50	0,00				
MATERIAL DE EXPEDIENTE		19.263,65	0,00				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.626.692,51	35.337.538,97				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.207.508,09	16.628.519,20				
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		12.207.508,09	16.628.519,20				
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		22.195.469,26	20.785.649,00				
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO		-9.987.961,17	-4.157.129,80				
IMOBILIZADO		21.419.184,42	18.709.019,77				
BENS MÓVEIS		11.659.320,73	11.451.496,81				
BENS DE INFORMÁTICA		32.349,58	32.349,58				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		8.573.175,80	8.573.175,80				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		1.239,98	1.239,98				
VEÍCULOS		-68.510,00	48.750,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		3.064.195,27	2.732.401,35				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		56.870,10	63.580,10				
BENS IMÓVEIS		11.574.817,05	8.783.869,14				
INSTALAÇÕES		7.610,44	7.610,44				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		11.567.206,61	8.776.258,70				
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-1.814.953,36	-1.526.346,18				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-1.319.277,33	-1.309.764,94				
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		0,00	-216.581,24				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-495.676,03	0,00				
TOTAL		36.699.648,89	38.576.902,45				

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portaltransparencia.gov.br/app/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento:9cbece91-4d03-45b7-8e1b-8a78792013a>

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX) 29		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-15.465.049,37	4.339.598,14
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	408.398,34	-3.075.257,81
01	VINCULADO	6.738.257,83	6.183.585,27
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	-48.291,57	-48.291,57
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	2.288.171,13	2.288.171,13
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Recursos do Exercício Corrente)	-977.523,19	-979.221,19
15500000	Transferência do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-1.800,00	-1.800,00
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	1.006.299,93	997.492,71
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-2.589.101,46	-2.589.101,46
17003110	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (Recursos do Exercício Corrente)	500.332,23	0,00
17010000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (Recursos do Exercício Corrente)	171.192,00	242.672,36
17500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Recursos do Exercício Corrente)	1.764,59	1.607,52
17550000	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta (Recursos do Exercício Corrente)	112.700,00	0,00
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-1.571.193,33	-1.590.515,19
18980000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-1.009.380,85	-1.001.700,55
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	8.855.088,35	8.864.271,51
TOTAL		-8.726.791,54	10.523.183,41





PREFEITURA MUNICIPAL

AMARAJI

O futuro em nossas mãos



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9cb6ce91-4d03-45b7-8efb-8a787d92013a

Prefeitura Municipal de Amaraji
Estado de Pernambuco

Balanço Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada
Resolução, N° 216/2023

2023



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

O Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Amaraji foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

A Prefeitura Municipal de Amaraji concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.



Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de



natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXXX)		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-15.465.049,37	4.339.598,14
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	408.398,34	-3.075.257,81
01	VINCULADO	6.738.257,83	6.183.585,27
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	-48.291,57	-48.291,57
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	2.288.171,13	2.288.171,13
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Recursos do Exercício Corrente)	-977.523,19	-979.221,19
15500000	Transferência do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-1.800,00	-1.800,00
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	1.008.299,93	997.892,71
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-2.589.101,46	-2.589.101,46
17003110	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (Recursos do Exercício Corrente)	500.332,23	0,00
17010000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (Recursos do Exercício Corrente)	171.192,00	242.672,36
17500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Recursos do Exercício Corrente)	1.764,59	1.607,52
17550000	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta (Recursos do Exercício Corrente)	112.700,00	0,00
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-1.571.193,33	-1.590.515,19
18980000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-1.009.380,85	-1.001.700,55
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	8.855.088,35	8.864.271,51
TOTAL		-8.726.791,54	10.523.183,41

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra orçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.



A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o



reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.



Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente



Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo



Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar



a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os



passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente



Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso



I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação



Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias”

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pela Prefeitura Municipal é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2023.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é a Prefeitura Municipal de Amaraji.



Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 4.990.133,48 (Quatro milhões, novecentos e noventa mil, cento e trinta e três reais e quarenta e oito centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 1.932.145,89 (Um milhão, novecentos e trinta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2023
Conta Única	1.930.135,63
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	
Caixa	2.010,26
Total	1.932.145,89

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.



Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2023, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2023 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não



inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Créditos de Transfêrencias a receber	168,21
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	5.548.867,31
Dívida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	- 2.496.990,29
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Total	3.052.045,23

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 20%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida



ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	-14.968,79	F
Créditos a receber por reembolso de salario familia e maternidade pago		F
Total Atributo Financeiro	-14.968,79	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2023 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2023.

A Conta Especial de Precatórios, com saldo em 31.12.2023 de R\$ 0,00 (Zero real), representa os valores transferidos pelo Município ao Poder Judiciário para quitação de precatórios, cujo pagamento aos beneficiários ainda não foi efetuado pelo Tribunal de Justiça – TJ.



Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 (Zero real), compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 20.911,15 (Vinte mil, novecentos e onze reais e quinze centavos). Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 33.626.692,51 (Trinta e três milhões, seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos).

NOTA 8) CRÉDITOS A LONGO PRAZO:

O valor de R\$ 12.207.508,09 (Doze milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e oito reais e nove centavos), sendo:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Divida Ativa Tributária (*)	22.195.469,26
Divida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Tributária	9.987.961,17
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Créditos Previdenciários do RPPS	
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	
Total	12.207.508,09



Nota 9) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 21.419.184,42 (Vinte e um milhões, quatrocentos e dezenove mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	11.659.320,73
(-) Depreciação de Bens Móveis	1.319.277,33
Total Ajustado dos Bens Móveis	10.340.043,40
Bens Imóveis	11.574.817,05
(-) Amortização de Bens Imóveis	495.676,03
Total Ajustado dos Bens Imóveis	11.079.141,02
Total Liquido	21.419.184,42

Nota 10) INTANGÍVEL:

O valor do Intangível totalizou R\$ 0,00 (Zero real). O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.



Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 5.180.680,59 (Cinco milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos).

Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 1.431.373,33 (Um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e três centavos).

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	1.169.988,19	F
Benefícios Assistenciais a Pagar		
Encargos Sociais a Pagar	261.385,14	F
Total	1.431.373,33	

Nota 13) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 3.591.043,24



(Três milhões, quinhentos e noventa e um mil, quarenta e três reais e vinte e quatro centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	3.591.043,34	F
Total Atributo Financeiro	3.591.043,34	
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Permanente	-	

Nota 14) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO:

As obrigações fiscais a curto prazo decorrentes de contribuições a União tiveram um saldo de R\$ 40.353,48 (Quarenta mil, trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos).

Nota 15) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 117.910,44 (Cento e dezessete mil, novecentos e dez reais e quarenta e quatro centavos). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	605,66	F
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações	117.304,78	
Total com Atributo Financeiro	117.910,44	

Nota 16) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:



As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 19.573.753,63 (Dezenove milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 17) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 19.143.315,95 (Dezenove milhões, cento e quarenta e três mil, trezentos e quinze reais e noventa e cinco centavos) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS	19.143.315,95	
Total com Atributo Financeiro	19.143.315,95	

Nota 18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 19) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 430.437,68 (Quatrocentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos).



Nota 20) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$ 0,00 (Zero real), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

Nota 21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Município compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 13.862.391,97 (Treze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e um reais e noventa e sete centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 21.875.265,51 (Vinte e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) deficitário. Este resultado foi impactado pela constituição de provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas. O Município de Amaraji não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	35.737.657,48	
Resultado do Exercício	- 21.875.265,51	
Ajuste de Exercícios Anteriores		
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	13.862.391,97	

Nota 22) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 1.917.177,10 (Um milhão, novecentos e dezessete mil, cento e setenta e sete reais e dez centavos).

Nota 23) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 36.699.648,89 (Trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Nota 24) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 5.180.680,59 (Cinco milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 5.560.819,52 (Cinco milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), perfazem o total de R\$



10.741.500,11 (Dez milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos reais e onze centavos).

Nota 25) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 19.573.753,43 (Dezenove milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos).

Nota 26) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 8.301.572,45 (Oito milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), superavitário.

Nota 27) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais ativos refere-se aos Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres e dos Direitos contratuais a executar foi de R\$ 1.768.388,59 (Um milhão, setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 28) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 10.462.874,05 (Dez milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinco centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e



outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 29) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 8.726.791,54 (Oito milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos), deficitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.



Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras



operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do



sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do



Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 12.484.951,46 (Doze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos) e concedido desconto no valor de R\$0,00 (Zero real) conforme demonstrativo do departamento tributário.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a



transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário Túlio Pinheiro destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):



Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício



DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação				
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
TRIBUNAL DE CONTAS				
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Registro Patrimonial e Contábil				
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Registro Patrimonial e Contábil				
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Registro Patrimonial e Contábil				
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13 salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação				



Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado	
Ação 14. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado	
Ação 15. Reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado	
Ação 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado	
Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado	
Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos estoques.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado	
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado	
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP					
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DIVÍDA ATIVA					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSORCIOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
					Não iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado